



ACÓRDÃO Nº510/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11475/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Uarini - SAAE.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Ruy Glauber Cordovil Góes (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2770/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Uarini - SAAE. Exercício de 2015.

*Irregularidade. Multa. Determinação.
Recomendação. Ciência.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr. **Ruy Glauber Cordovil Góes**, responsável, durante o exercício de 2015, pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Uarini, em virtude das impropriedades abaixo descritas:
 - 10.1.1. Ausência de contabilização dos créditos não arrecadados de tarifa de água na quantia de **R\$ 103.084,98** (cento e três mil e oitenta e quatro reais e noventa e oito centavos);
 - 10.1.2. Divergência na receita anual constatada entre o valor contabilizado no Anexo 10 da Prestação de Contas Anual, na quantia de **R\$ 371.820,18** (trezentos e setenta e um mil e oitocentos e vinte reais e dezoito centavos), e o somatório de janeiro a dezembro/15 extraído do Mapa de Arrecadação, na quantia de **R\$ 365.659,74** (trezentos e sessenta e cinco mil e seiscentos e cinquenta e nove reais e setenta e quatro centavos);
 - 10.1.3. Ausência de controle de itens de material permanente que justifique um saldo contábil de bens móveis de **R\$ 12.061,10** (doze mil e sessenta e um reais e dez centavos) contido no Balanço Patrimonial;
 - 10.1.4. Ausência de controle específico de almoxarifado, com registro



ACÓRDÃO Nº510/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

contínuo e permanente de controle de entrada e saída dos objetos, o que ofende o art. 96 da Lei 4320/64;

10.1.5. Ausência de esclarecimentos a respeito da quantia de **R\$ 8.366,86** (oito mil e trezentos e sessenta e seis e oitenta e seis centavos) contida no Balanço Patrimonial (demais créditos e valores a curto prazo do Ativo Circulante);

10.1.6. Ausência de esclarecimentos a respeito da quantia de **R\$ 18.928,02** (dezoito mil e novecentos e vinte e oito reais e dois centavos) contida no Demonstrativo da Dívida Flutuante oriunda de exercícios anteriores;

10.1.7. Ausência das razões determinantes do aumento do percentual de 6,23% referente a manutenção de equilíbrio econômico-financeiro para o 1º Termo Aditivo ao Contrato 002/2014;

10.1.8. Ausência de alimentação do Sistema de Atos de Pessoal – SAP, em confronto a Resolução 16/2009-TCE/AM;

10.1.9. Não realização de prévia licitação para adquirir os serviços descritos no contrato n.º 015/2015, os quais versam sobre serviços de gramagem e limpeza de terrenos;

10.1.10. Contratação do **Sr. Ronilson Lopes Vidal** para realizar serviços de gramagem e limpeza de terrenos quando tal objeto já havia sido adquirido por meio do contrato n.º 015/2015;

10.1.11. Não realização de prévia licitação para aquisição dos serviços previstos no contrato n.º 012/2015, os quais versam sobre locação de 01 veículo para o SAAE;

10.1.12. Não realização de prévia licitação para aquisição de serviços de manutenção de quadro elétrico;

10.2. Aplicar Multa com fundamento no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 308, VI, do RI-TCE/AM, ao **Sr. Ruy Glauber Cordovil Góes** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), em razão das impropriedades que ensejaram a desaprovação das presentes Contas. Tal condenação deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa por meio do DERED ou judicial do título executivo;



ACÓRDÃO Nº510/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.3. Aplicar Multa** com fundamento no art. 308, I "a", do RI-TCE/AM, ao **Sr. Ruy Glauber Cordovil Góes** no valor de **R\$ 20.481,60** (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), em razão da remessa intempestiva de dados por do sistema e-Contas referentes às competências de janeiro a dezembro de 2015. Tal condenação deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa por meio do DERE ou judicial do título executivo;
- 10.4. Determinar** à atual gestão do SAAE que:
- 10.4.1. Insira** os atos de pessoal realizados pela entidade;
 - 10.4.2. Encaminhe, no prazo de 60 dias**, a este Tribunal de Contas do Estado do Amazonas as contratações temporárias realizadas pela entidade, a fim de que sejam apreciadas por uma das Egrégias Câmaras desta Corte de Contas;
 - 10.4.3. Inscreva** os créditos do SAAE oriundos de tarifas de água não pagas, de maneira que seja possível executá-los posteriormente caso não haja adimplemento;
 - 10.4.4. Observe**, antes de celebrar termos aditivos visando à manutenção de equilíbrio econômico-financeiro de contratos, os parâmetros previstos pelo art. 65, § 6º, da Lei n.º 8.666/93;
 - 10.4.5. Providencie** adequado controle de almoxarifado e de bens permanentes do SAAE;
 - 10.4.6. Remeta**, por meio do sistema e-Contas, os dados previstos na Lei Complementar n.º 06/91 de forma tempestiva;
 - 10.4.7. Realize**, nos termos da Lei n.º 8.666/93, prévia licitação para aquisição de produtos e serviços;
- 10.5. Recomendar** à **Prefeitura Municipal de Uarini** que elabore plano de cargos e salários do SAAE bem como implemente efetivo controle interno em obediência aos parâmetros expostos na Resolução n.º 09/2016 - TCE/AM, a fim de evitar a falha observada na gestão do **Sr. Ruy Glauber Cordovil Góes**;



ACÓRDÃO Nº510/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.6. Dar ciência ao Sr. Ruy Glauber Cordovil Góes, à atual gestão do SAAE e à Prefeitura Municipal de Uarini sobre o desfecho atribuído a estes autos.

11- Ata: 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 18 de Junho de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral